



Experiências Internacionais da Auditoria Cidadã da Dívida

Congresso Internacional de Direito, Economia e Política da RICDP
Universidade Federal de Pernambuco - Faculdade de Direito do Recife
Recife, 2 de dezembro de 2025

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



www.auditoriacidada.org.br

Redes Sociais

- ✓ Associação sem fins lucrativos
- ✓ Nasceu do grande Plebiscito Popular realizado no ano 2000
- ✓ Respaldo popular e Constitucional
- ✓ Articulação com movimentos sociais, instituições nacionais e internacionais
- ✓ Avanços técnicos, denúncias, mobilizações, produção de materiais, eventos, documentos
- ✓ Atuação em todas as esferas: jurídica, legislativa, executiva, popular e internacional

CRIAÇÃO DA EXPRESSÃO SISTEMA DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>

- **Utilização do endividamento público às avessas:** a dívida não tem servido para investimentos, mas para retirar riqueza do povo para entregar principalmente a bancos e grandes corporações
- **Principal característica:** a dívida cresce por causa de mecanismos financeiros sem contrapartida ao país
- Se reproduz em âmbito internacional e regional, para estados e municípios
- Maior beneficiário: BANCOS
- Novo patamar: esquemas em que a dívida sequer é registrada como dívida (securitização)

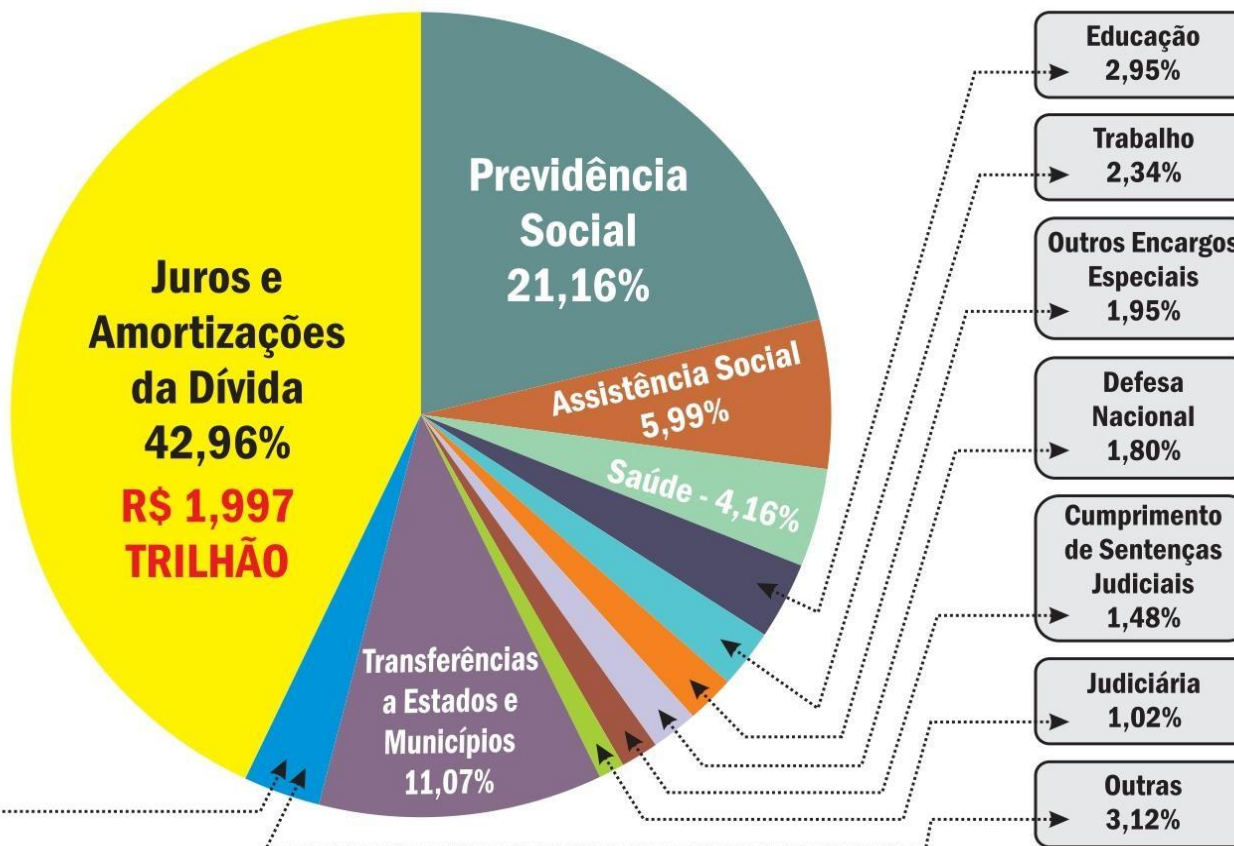


ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2024

Privilégio do Sistema da Dívida

Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES

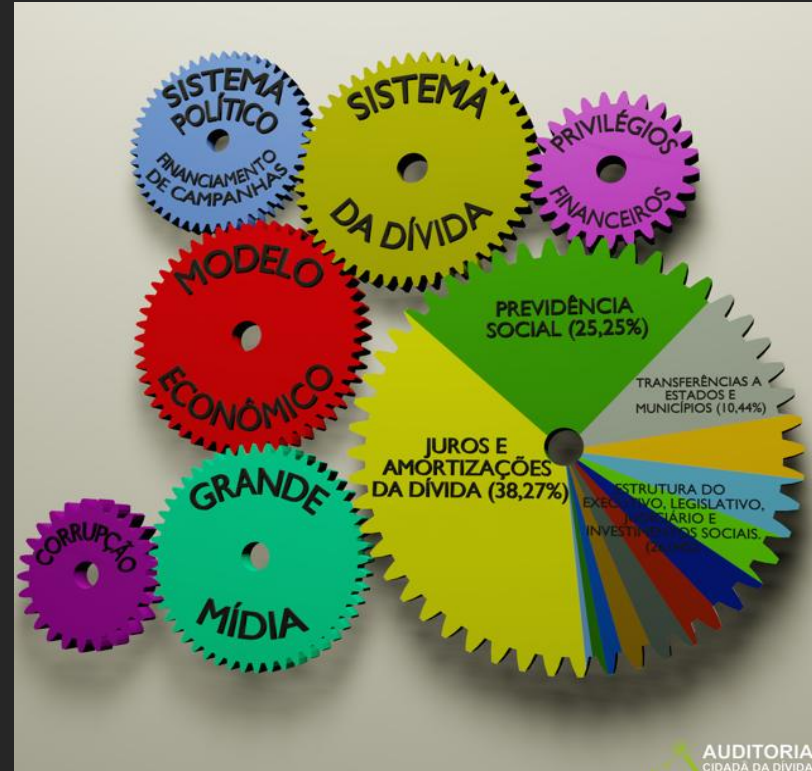
OUTRAS	%
Administração	0,5361
Agricultura	0,4394
Segurança Pública	0,3589
Ciência e Tecnologia	0,3173
Transporte	0,3069
Gestão Ambiental	0,3049
Essencial à Justiça	0,2094
Legislativa	0,1888
Relações Exteriores	0,1022
Comércio e Serviços	0,0628
Organização Agrária	0,0585
Comunicações	0,0498
Indústria	0,0440
Cultura	0,0430
Urbanismo	0,0351
Direitos da Cidadania	0,0271
Energia	0,0215
Desporto e Lazer	0,0057
Saneamento	0,0052
Habitação	0,0003
TOTAL	3,1169



“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais, banca privada internacional e nacional



Dominação financeira e graves consequências sociais

EQUADOR

Experiência equatoriana provou a eficácia e a eficiência da ferramenta da Auditoria da Dívida Pública

- Instalação da CAIC e a definição da Auditoria Integral
- Apoio político e respaldo legal imprescindíveis
- Organização dos trabalhos da CAIC
- Principal achado da auditoria equatoriana e a relevância da participação da ACD no Equador
- Resultados da auditoria equatoriana



Capa interna do
Resumo Executivo do Relatório da CAIC-Ecuador
Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2008/11/CAIC-Informe-Final.pdf>

EQUADOR

- Experiência equatoriana provou a eficácia e a eficiência da ferramenta da Auditoria da Dívida Pública
- Lição de Ética e Soberania

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/caic-comissao-para-a-auditoria-integral-da-divida-equatoriana-informe-final-resumo-executivo/>



EQUADOR – Comissão de Auditoria Oficial (CAIC) criada pelo Decreto Executivo 472/2007

Art 4º - La CAIC está autorizada para auditar y transparentar todos los procesos de endeudamiento de las instituciones del Estado.

Art 9º - Todas las entidades del Sector Público están en la obligación de proporcionar la información que solicite la Comisión, en los términos y con las sanciones establecidas en la Ley de Transparencia Fiscal.

**BASE LEGAL e RESPALDO POLÍTICO IMPRESCINDÍVEIS PARA A
REALIZAÇÃO DA AUDITORIA**

PRECEDENTE INÉDITO HISTÓRICO



EQUADOR – Comissão de Auditoria Oficial (CAIC) criada pelo Decreto Executivo 472/2007



A CAIC foi instalada no dia 23 de julho de 2007, com a presença dos membros nomeados no Decreto Executivo 472, de autoria do presidente Rafael Correa, como a ACD divulgou à época

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/jornal-auditoria-cidada-setembro-2007/>



Definição da Auditoria Integral – Decreto 472/2007

Art. 2 - Auditoria Integral se define por:

“la acción fiscalizadora dirigida a examinar y evaluar el proceso de contratación y/o renegociación del endeudamiento público, el origen y destino de los recursos, y la ejecución de los programas y proyectos que se financien con deuda interna y externa, con el fin de determinar su legitimidad, legalidad, transparencia, calidad, eficacia y eficiencia, considerando los aspectos legales y financieros, los impactos económicos, sociales, de género; regionales, ecológicos y sobre nacionalidades y pueblos”



Organização em Subcomissões Específicas:

- **Multilateral**
- **Bilateral**
- **Comercial:** Subcomissão dedicada à auditoria da dívida externa com bancos privados internacionais, cujos contratos iniciais, promissórias e acordos foram transformaram em bônus soberanos a partir de 1994;
- **Interna**
- **Jurídica**
- **Social e Ambiental**



PRINCIPAL ACHADO:

Uma das descobertas mais importantes da CAIC, que deu respaldo ao ato soberano do presidente Rafael Correa e resultou na redução de cerca de 70% da dívida externa em títulos foi a **comprovação documental e contábil da renúncia à prescrição da dívida externa resultante dos acordos feitos pelo Banco Central Equatoriano com bancos privados internacionais na década de 80, sob as leis de Nova York.**

“Tolling Agreement” - “*Convenio de Garantía de Derechos*”, que tratava da renúncia à prescrição da Dívida Externa Comercial Equatoriana contratada com bancos privados Internacionais.

Aquele ato significou a renúncia a um direito indisponível do Equador, do qual autoridade alguma poderia abrir mão, por sua natureza pública.



AUDITORIA: regra geral desde a contratação

Constituição Equatoriana de 2008

Art. 291. - Los órganos competentes que la Constitución y la ley determinen realizarán análisis financieros, sociales y ambientales previos del impacto de los proyectos que impliquen endeudamiento público, para determinar su posible financiación. Dichos órganos realizarán el control y la auditoría financiera, social y ambiental en todas las fases del endeudamiento público interno y externo, tanto en la contratación como en el manejo y la renegociación.



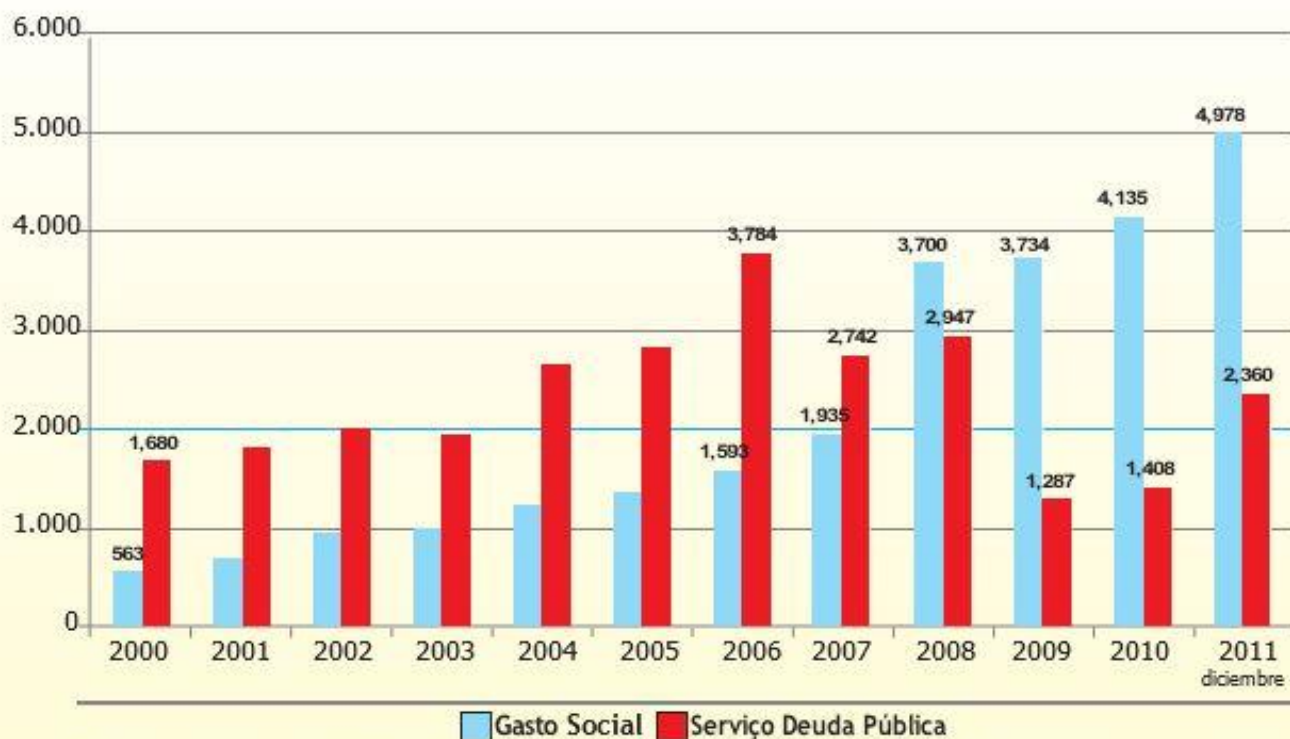
AUDITORIA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL NACIONAL E INTERNACIONAL RESULTADO:

- **Em 2009:** Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação



RESULTADO DA AUDITORIA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL NACIONAL E INTERNACIONAL

ECUADOR - INVERSIÓN SOCIAL
Evolucion Comparada con Respecto a la Deuda Pública (US\$ millones)



El gasto social en año 2009 fue 2.9 veces mayor al del servicio de la deuda pública del gobierno central.
Fuente: Ministerio de Relaciones Exteriores del Ecuador - Elaboración por Prof. Hugo Arias Palacios

GRÉCIA

CONJUNTURA NA EUROPA

- ✓ 2008: Crise financeira localizada nos grandes bancos privados. Bolha: excesso de ativos "tóxicos"
- ✓ Decisão de países europeus de "salvar os bancos"
- ✓ Grandes mobilizações não conseguiram barrar o processo
- ✓ Fevereiro de 2009: documento secreto. Objetivo dos bancos: "*Esquema de alívio de ativos*" por meio de transferência para o setor público e para "*bad banks*"
- ✓ Discurso do presidente do BCE: "*Já temos a solução, mas temos que construir a saída da crise*"
- ✓ Diversos atos da Comissão Europeia referente a estatísticas e registros da dívida grega
- ✓ **Maio de 2010:** alegação de elevado déficit exigiria plano de socorro à Grécia. No mesmo dia: ato da Comissão Europeia para criação da EFSF e diversos atos "***fora de padrão***" do BCE, sob a justificativa de turbulência financeira e socorro aos bancos

11 FEBRUARY 2009

The Telegraph

HOME NEWS SPORT **FINANCE** COMMENT BLOGS CULTURE TRAVEL LIFESTYLE

Companies | Comment | Personal Finance | Economics | Markets | Your Business | Olympics Bus

Financial Crisis

European bank bail-out could push EU into crisis

A bail-out of the toxic assets held by European banks' could plunge the European Union into crisis, according to a confidential Brussels document.

By Bruno Waterfield in Brussels 11:59AM GMT 11 Feb 2009

 Comment

"Estimates of total expected asset write-downs suggest that the budgetary costs – actual and contingent – of asset relief could be very large both in absolute terms and relative to GDP in member states," the EC document, seen by The Daily Telegraph, cautioned.

"It is essential that government support through asset relief should not be on a scale that raises concern about over-indebtedness or financing problems."

The secret 17-page paper was discussed by finance ministers, including the Chancellor Alistair Darling on Tuesday.

(<http://www.telegraph.co.uk/finance/financialcrisis/4590512/European-banks-may-need-16.3-trillion-bail-out-EC-dcoument-warns.htm>)



AUDITORIA DA DÍVIDA NA GRÉCIA

- ✓ Iniciativa do Parlamento: Comitê da Verdade sobre a Dívida Pública para realizar AUDITORIA DA DÍVIDA
- ✓ Relatório Preliminar apresentado em 17/06/2015
- ✓ Ilegalidades e Ilegitimidades
- ✓ Esquemas para beneficiar o setor financeiro privado. Grécia não recebeu dinheiro vivo algum.
- ✓ Imensurável custo social: crise humanitária
- ✓ Referendo de 05/07/2015: **"NÃO"**
- ✓ Tsipras assinou o acordo apesar do "NÃO" e renunciou em 20/08/2015



AUDITORIA DA DÍVIDA NA GRÉCIA

- Inauguração em 04/04/2015. Início dos trabalhos em 04/05/2015. Relatório preliminar apresentado em 17 e 18/06/2015.
- Trabalho preliminar: foco no período a partir de 2010 (*Troika*)
- Acordos analisados:
 - 2010 (conhecido como acordo “Bilateral”)
 - 2012 (acordo com EFSF, companhia não-financeira de Luxemburgo, Sociedade Anônima)
- GRÉCIA NÃO FOI BENEFICIADA. ILEGALIDADES E ILEGITIMIDADES. ESQUEMA PARA BENEFICIAR BANCOS PRIVADOS.

Ver:

- Artigo “Tragédia Grega esconde segredo de bancos privados”

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/544075-tragedia-grega-esconde-segredo-de-bancos-privados>



QUEM SÃO OS CREDORES DA GRÉCIA?

- **Maior credora da Grécia: 130.9 bilhões de euros em maio/2015**
 - EFSF, companhia de Luxemburgo criada por imposição do FMI
 - Sócios: 17 países europeus
 - Compromisso dos países com garantias para EFSF: 440 bilhões de euros em 2010, elevado para 780 bilhões em 2011
 - Operada de fato pela Agência da Dívida Alemã
- Pelo menos 48,2 bilhões de euros registrados como “dívida” para com a EFSF foram diretamente para a recapitalização de bancos privados gregos, através do HFSF, o fundo privado grego criado por imposição do FMI
- A Grécia não obteve nenhum benefício dos “empréstimos” da EFSF desde 2012, porque essa empresa emite papéis e serve à transferência de ativos tóxicos de bancos privados para o setor público. O balanço contábil do Banco da Grécia demonstrou isso. No final, os bancos privados ficaram com os papéis garantidos pelos países europeus, e a Grécia com papéis tóxicos, desmaterializados e não comercializáveis, além de uma enorme dívida com a EFSF.



QUEM SÃO OS CREDORES DA GRÉCIA?

- Segundo maior credor da Grécia (52,9 bilhões de euros) eram os chamados “credores bilaterais”: 14 países e o banco alemão KfW, partes no acordo de 2010. A análise documental mostrou foi feito arranjo para permitir o pagamento total a bancos privados que possuíam títulos de dívida muito abaixo do valor de face, enquanto a Grécia não recebeu nenhum benefício através desses “empréstimos”.
- O BCE registrou um crédito (19,9 Bilhões de Euros) relativo a títulos da dívida Grega adquiridos sob o Programa de Securitização de Mercados, ilegal segundo o disposto no Artigo 123 do Tratado da União Europeia, mas justificado pela crise dos bancos.
- O FMI nunca apoiou a Grécia, pois os seus empréstimos “Stand-by” de 20,6 bilhões de euros apenas garantiram o reembolso aos credores. Além disso, os memorandos impostos pelo FMI pelas instituições europeias, ligados aos acordos bilaterais e EFSF, afetaram negativamente a economia grega e a vida das pessoas. A participação do FMI na EFSF, sediada em Luxemburgo (com uma contribuição de 250 bilhões de euros) seria ilegal. (<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R41167.pdf>, página 18).

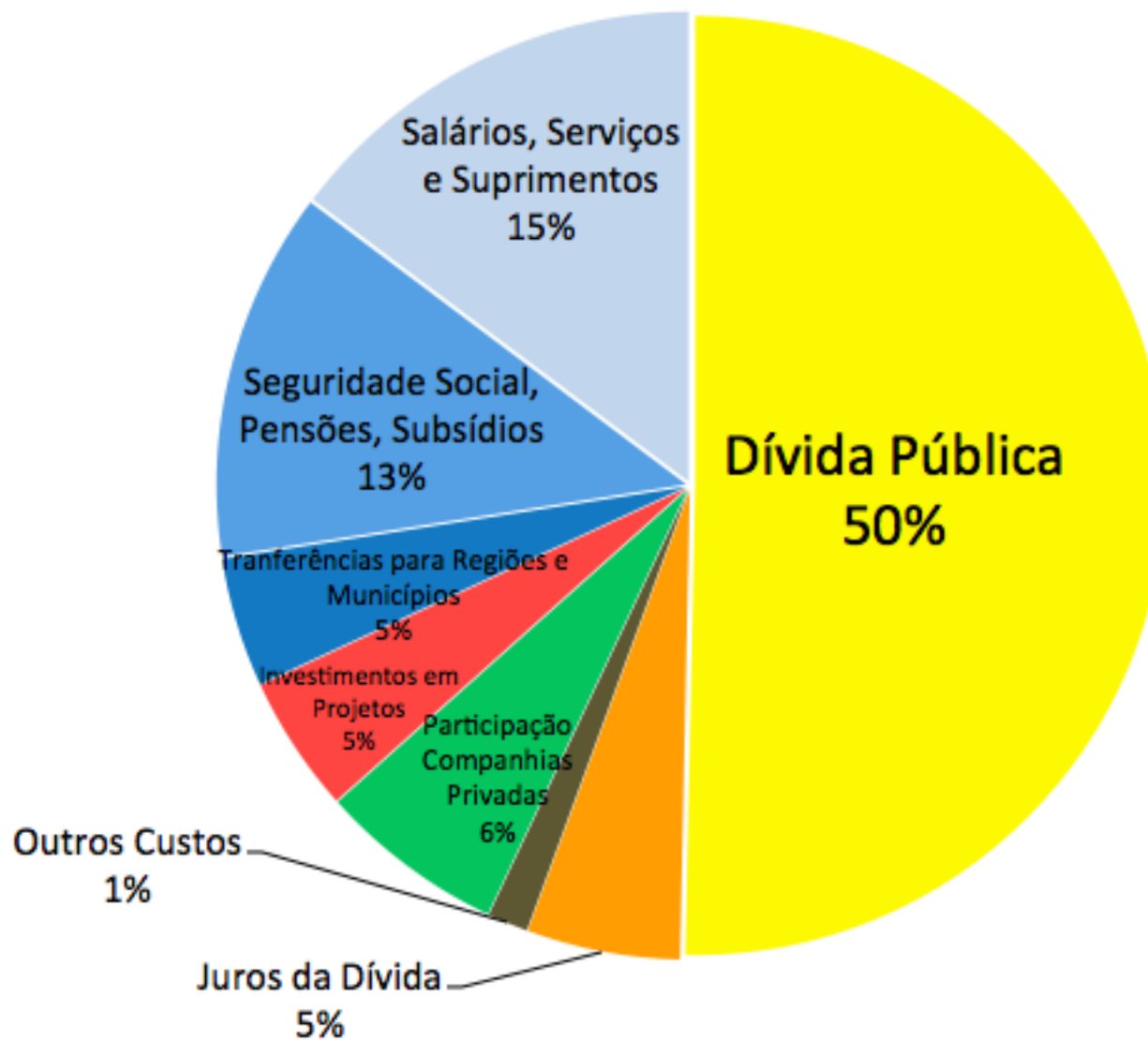


AUDITORIA DA DÍVIDA NA GRÉCIA

CONSEQUENCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

- ✓ Queda do PIB
- ✓ Queda do Orçamento
- ✓ Desemprego recorde
- ✓ Migração
- ✓ Fechamento de serviços públicos
- ✓ Redução de salários, aposentadorias e pensões
- ✓ Contra-Reformas da previdência e tributária
- ✓ Privatizações: O país foi colocado à venda através do HRADF.
- ✓ Degradação social: famílias vivendo nas ruas, se alimentando de lixo
- ✓ Suicídios

GRÉCIA - 2013 Orçamento Nacional Executado - Total Despesas EUR 133.726.068.519,09



Fonte: Εισηγητική Έκθεση Απολογισμού και Ισολογισμού 2013 – p. 90.

Elaborado por Stavros Papaioannou



AUDITORIA DA DÍVIDA NA GRÉCIA

CONCLUSÕES:

- ✓ Poderio do sistema financeiro privado no comando do BCE e governos de países europeus
- ✓ Articulação desse poder nas instituições: Tróika (FMI, BCE e Comissão Europeia)
- ✓ Todos os acordos (2010 e 2012) foram preparados por essas instituições; não foram uma iniciativa da Grécia. ILEGALIDADES. ABUSOS.
- ✓ Novo acordo 2015: aprofundamento do processo
- ✓ Troika comemorou a renúncia de Tsipras
- ✓ Dívida Pública Grega: muitas semelhanças com o processo de endividamento público de outros países europeus e latinoamericanos; mesmo esquema; mesmo “*modus operandi*”; o mesmo “**Sistema da Dívida**”

É urgente difundir o conhecimento do **SISTEMA DA DÍVIDA** e mobilizar a sociedade nacional e internacional por uma auditoria integral com participação social

NOVO CURSO DA ACD
a distância

O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL



Aprenda tudo sobre o mecanismo que está no centro de todos os problemas econômicos do Brasil e dos brasileiros, beneficiando uma elite privilegiada

Participe do novo
curso da ACD a distância

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil

LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI

Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Por que TETO somente para investimentos sociais e liberdade total para gastos com a dívida pública?

Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

Conheça e divulgue a Cartilha
<https://bit.ly/42HOWM3>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

ÉHORADEVIRAR0JOGO